

23/10/97 JT 14-A

Arquivo/AE



Projeto da Mata Atlântica: prefeituras teriam autonomia para autorizar desmatamentos

# PROJETO PÕE MATA ATLÂNTICA NAS MÃOS DAS PREFEITURAS

**Proposta daria aos municípios poder de conceder licença de desmatamento**

A Comissão de Minas e Energia da Câmara aprovou ontem, por sete votos a seis, o substitutivo do deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) ao Projeto de Lei 3.285/92, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP). O substitutivo prevê que os conselhos municipais possam decidir sobre desmatamento e ocupação de áreas de Mata Atlântica, até mesmo sem o estudo de impacto ambiental. A decisão reabre a discussão sobre a preservação da Mata Atlântica, prevista na Constituição. O substitutivo recebeu críticas severas de deputados de várias tendências, inclusive de Feldmann, atualmente secretário estadual do Meio Ambiente em São Paulo.

“Não cabe à Comissão de Minas e Energia apresentar qualquer projeto que não seja de sua área de competência”, afirma Feldmann. Para ele, a principal ameaça contida no projeto de Bornhausen é a possibilidade de as prefeituras passarem a emitir licenças de desmatamento, contrariando o fato de a Mata Atlântica ser considerada patrimônio nacio-



Feldmann: autor do projeto de lei nacional pela Constituição. “Esse substitutivo representa uma autorização para devastar o que sobrou da mata, especialmente no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina”, declara.

Para João Paulo Capobianco, membro do Conselho Administrativo do SOS Mata Atlântica, o resultado da votação representa uma vitória para os ambientalistas, pois aumenta a possibilidade de o substitutivo ser barrado na Comissão de Constituição e Justiça, para onde será encaminhado agora. “Dos sete votos favoráveis,

três apresentaram restrições”, comemora.

O deputado Luciano Zica (PT-SP) está recorrendo à mesa da Câmara para que seja desconsiderada a aprovação do documento na Comissão de Minas e Energia. “Caso não seja atendido, apresentarei emendas em plenário para que se chegue cada vez mais próximo do projeto original”, comunica. Zica avisa, ainda, que, se o substitutivo chegar a ser sancionado “dessa forma absurda”, ele recorrerá até mesmo ao Superior Tribunal Federal (STF).

O deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) admite a possibilidade de retirar do documento o item que dá autonomia aos conselhos municipais para decidir sobre questões ligadas à Mata Atlântica. “Mas desde que se traga para a discussão as populações envolvidas no assunto, principalmente os pequenos proprietários rurais”, exige. Segundo ele, estes indivíduos nunca foram ouvidos e “não são eles os maiores devastadores da Mata Atlântica”.

**Agnes Augusto e  
Patrícia Ferraz**